

**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS**  
**1º QUADRIMESTRE DE 2025**  
**AUDIÊNCIA PÚBLICA – AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS**  
**REALIZADA EM 26/05/2025.**

Obedecendo à legislação vigente e ao dever cívico de prestar contas aos cidadãos, apresentamos por meio deste documento o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais referentes ao 1º Quadrimestre de 2025, demonstrado em Audiência Pública realizada na Câmara Municipal de Vereadores, em cumprimento ao estabelecido no § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual determina que o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais do orçamento fiscal e de seguridade social ao final de cada quadrimestre.

Os números são originários dos relatórios bimestrais e quadrimestrais publicados no mural e portal da Prefeitura Municipal de Paraíso do Sul e, para melhores esclarecimentos, os resultados serão apresentados com detalhamento das informações e acompanhados dos principais aspectos que condicionaram o desempenho da receita, da despesa, do resultado primário e da dívida pública consolidada.

## **1. RESULTADO PRIMÁRIO**

O Resultado Primário, principal indicador de solvência fiscal do setor público, tem por finalidade demonstrar a capacidade de o Município honrar o pagamento de sua dívida utilizando suas receitas próprias. Nesse cálculo, são consideradas apenas as chamadas receitas e despesas primárias, que não incluem, pelo lado das receitas, as financeiras, operações de crédito e alienação de bens, e do lado da despesa, a concessão de empréstimos e o pagamento do serviço da dívida (juros, encargos e amortizações). No período de Janeiro a abril de 2025, o resultado primário foi de R\$ 1.928.656,60. Esse valor é superior ao valor inicialmente estabelecido de R\$ -128.990,42. O desempenho favorável demonstra que as receitas primárias foram suficientes para suportar integralmente as despesas primárias, além de gerar excedentes para o pagamento da dívida, cujo dispêndio com juros e amortizações totalizou R\$ 318.443,73 no período.

O superávit observado deveu-se, principalmente, ao comportamento positivo das receitas primárias - representadas pela receita orçamentária, excluídas as aplicações financeiras, deduções para o FUNDEB, operações de crédito, amortização de empréstimos e alienações de ativos – que, no período, efetivaram-se no montante de R\$ 12.527.157,70, correspondendo a 29.19% da meta prevista. O valor verificado foi superior às despesas primárias – representadas pelas despesas totais do Município, expurgados o pagamento da dívida e as concessões de empréstimos – que corresponderam, no mesmo período, a R\$ 10.598.501,10. Os valores apresentados permitiram a obtenção de um Resultado Primário acima da projeção para o período.

#### QUADRO 1 – RESULTADO PRIMÁRIO

RECEITA	Programada no Período	Realizada no Período	% Real / Progr.
<b>Receitas Correntes</b>	<b>42.998.000,00</b>	<b>12.585.014,79</b>	<b>29,27%</b>
(-) Rendimentos de Aplicações	461.500,00	307.857,09	66,71%
<b>1 (=) Receitas Primárias Correntes</b>	<b>42.536.500,00</b>	<b>12.277.157,70</b>	<b>28,86%</b>
<b>Receitas de Capital</b>	<b>379.000,00</b>	<b>250.000,00</b>	<b>65,96%</b>
(-) Operações de Crédito	0	0	
(-) Alienação de Bens	379.000,00	0	0,00%
(-) Amortização de Empréstimos	0	0	
<b>2 (=) Receitas Primárias de Capital</b>	<b>379.000,00</b>	<b>250.000,00</b>	<b>65,96</b>
<b>3 Receitas Primárias Totais (1+2)</b>	<b>42.915.500,00</b>	<b>12.527.157,70</b>	<b>29,19%</b>
DESPESA	Programada no Período	Realizada no Período	% Real / Progr.
<b>Despesas Correntes</b>	<b>40.390.263,18</b>	<b>10.185.139,51</b>	<b>25,22%</b>
(-) Juros e Encargos da Dívida	1.010.000,00	212.202,85	21,01%
<b>4 (=) Despesas Primárias Correntes</b>	<b>39.380.263,18</b>	<b>9.972.936,66</b>	<b>25,32%</b>
<b>Despesas de Capital</b>	<b>8.935.619,61</b>	<b>731.805,32</b>	<b>8,19%</b>
(-) Amortização da Dívida	650.000,00	106.240,88	16,34%
<b>5 (=) Despesas Primárias de Capital</b>	<b>8.285.619,61</b>	<b>625.564,44</b>	<b>7,55%</b>
<b>6 Despesas Primárias Líquidas (4+5)</b>	<b>47.665.882,79</b>	<b>10.598.501,10</b>	<b>22,23%</b>
<b>7 Resultado Primário (3 – 6)</b>		<b>1.928.656,60</b>	

## 2. RECEITA

Segundo o Balanço Orçamentário da Receita, o total previsto, que corresponde ao somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as deduções da receita, foi estimado na Lei de Orçamento para o exercício de 2025 no montante de R\$ 52.134.000,00. A receita efetivada no período de janeiro a abril de 2025 foi de R\$ 15.942.044,58, tendo sido arrecadado, portanto, 30,58% da meta anual. Esse desempenho foi propiciado pelo resultado positivo das receitas correntes, que atingiu o percentual de realização equivalente a 30,98% da programação anual.

#### QUADRO 2 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA PREVISTA E REALIZADA

Discriminação	Previsão Anual	Realiz. no Período	% Real. No Período
<b>1 – Receitas Correntes</b>	<b>47.841.000,00</b>	<b>14.819.295,79</b>	<b>30,98</b>
Receita Tributária	3.857.790,00	819.334,46	21,24
Receita de Contribuições	1.610.000,00	370.503,38	23,01
Receita Patrimonial	3.612.000,00	2.130.787,94	58,99
Receita de Serviços	1.352.130,00	432.669,30	32,00
Transferências Correntes	36.895.890,00	10.933.145,48	29,63
Outras Rec. Correntes	513.190,00	132.855,23	25,89
<b>2 – Receitas de Capital</b>	<b>379.000,00</b>	<b>250.000,00</b>	<b>65,96</b>
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	379.000,00	0,00	0,00
Transfer. De Capital	0,00	250.000,00	-
<b>3 – Receita Intra-orçamentária</b>	<b>3.914.000,00</b>	<b>872.748,79</b>	<b>22,30</b>
<b>Total da Receita</b>	<b>52.134.000,00</b>	<b>15.942.044,58</b>	<b>30,58</b>

Fonte:

O total das Receitas Correntes previsto para o período considerado (janeiro a abril), de acordo com a programação financeira, foi de R\$ 47.841.000,00. Os valores realizados corresponderam a R\$ 13.819.295,79, representando 30,98% da meta estabelecida. Nesse grupo, as receitas mais significativas foram às receitas de transferências correntes e as receitas patrimoniais, que figuraram, respectivamente, com 73,78% e 14,38% do total da receita corrente.

##### 2.1.1 Receita Tributária

A Receita Tributária atingiu, até o final do quadrimestre em análise, o montante de R\$ 819.334,46, que, confrontada com a previsão constante na programação

financeira de R\$ 3.857.790,00, que representa uma realização de 21,24% do valor estimado para o ano.

Conforme demonstrado no **Quadro 3**, o I P T U arrecadou 2,84 % da meta anual, ou seja, previa-se o ingresso de R\$ 551.630,00, tendo sido arrecadados R\$ 15.653,59. A arrecadação dessa receita tem relação direta com o valor venal dos imóveis, tendo sido impactada positivamente pela atualização do cadastro imobiliário do Município.

Do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI - para o qual havia uma projeção de R\$ 360.200,00 para o ano, acumulou-se uma arrecadação de R\$ 62.066,76, 17,23% do valor previsto para 2025. Essa receita, além de relação direta com os valores venais dos imóveis, também depende do mercado imobiliário, cujas transações, de acordo com o número de guias de transmissão emitidas, representaram um decréscimo de 68,57% em relação a igual período do exercício anterior.

Em relação ao I S S Q N, a arrecadação no período foi de R\$ 346.531,28, o que representa 27,66% da previsão. O bom desempenho dessa importante fonte de receita municipal, deve-se à implementação de uma política de combate à sonegação de impostos, bem como a atualização da legislação municipal.

As taxas apresentaram o ingresso de R\$ 36.268,92, contra uma projeção de R\$ 441.460,00. Arrecadou-se, portanto, 8,22% da meta anual.

### QUADRO 3 – RECEITAS TRIBUTÁRIAS – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual	Realizada no Período	% Real / Progr.
<b>Impostos</b>	<b>3.408.630,00</b>	<b>783.065,54</b>	<b>22,97%</b>
I P T U	551.630,00	15.653,59	2,84%
I R R F	1.244.000,00	358.813,91	28,84%
I T B I	360.200,00	62.066,76	17,23%
I S S Q N	1.252.800,00	346.531,28	27,66%
<b>Taxas</b>	<b>441.460,00</b>	<b>36.268,92</b>	<b>8,22%</b>
Taxas p/ Exerc. Poder de Polícia	99.890,00	16.967,98	16,99%
Taxas p/ Prestação de Serviços	341.570,00	19.300,94	5,65%
<b>Contribuição de Melhorias</b>	<b>7.700,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>
<b>Total das Receitas Tributárias</b>	<b>3.857.790,00</b>	<b>819.334,46</b>	<b>21,24%</b>

### 2.1.2 Receita de Contribuições

As Receitas de Contribuições acumularam no ano, até o mês de abril, o valor R\$ 370.503,38, correspondendo a 23,01% da previsão anual.

As receitas mais expressivas no grupo das Contribuições são decorrentes da contribuições Sociais que registraram uma arrecadação de R\$ 328.130,71 correspondendo a 21,88% da projeção inicial.

#### QUADRO 4 – RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual	Realizada no Período	% Real / Previsto
Contribuições Sociais	1.500.000,00	328.130,71	<b>21,88%</b>
Contribuição p/Custeio Ilum. Pública	110.000,00	42.372,67	<b>38,52%</b>
<b>Total das Receitas de Contribuições</b>	<b>1.610.000,00</b>	<b>370.503,38</b>	<b>23,01%</b>

### 2.1.3 Transferências Correntes

Conforme se visualiza no **Quadro 5**, no grupo das Transferências Correntes da União, o item mais significativo refere-se às transferências constitucionais do Fundo de Participação dos Municípios – FPM –, que realizou R\$ 4.593.356,74 no período, correspondendo a 28,06% da previsão anual. A estimativa dessa receita considerou as informações fornecidas pela Coordenadoria de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional – STN –, a qual estimou uma variação positiva referente às transferências aos Estados e Municípios.

A cota-parte Fundo Especial do Petróleo – FEP realizou 28,60% do valor previsto. A previsão dessa receita pautou-se, também, nas recomendações da Secretaria do Tesouro Nacional, que indicou aumento gradativo dos repasses da União aos Municípios.

Nas transferências do Estado, deve ser destacada a participação do Município no I C M S, cujos valores transferidos ao Município, no período em análise, foram de R\$ 2.216.643,51, ou seja, 26,77% da expectativa inicial, que era de R\$ 8.280.000,00. O comportamento dessa receita está diretamente ligado ao índice de participação do Município.

## QUADRO 5 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual	Realizada no Período	% Real / Previsto
<b>Transferências da União</b>	<b>19.716.640,00</b>	<b>5.533.243,96</b>	<b>28,06%</b>
Cota parte do F P M	17.451.040,00	4.593.356,74	26,32%
Cota parte do I T R	73.600,00	1.610,02	2,19%
Cota Parte Fundo Especial Petróleo	386.400,00	110.497,43	28,60%
Cota Parte Compens. Financ. CFM	7000	0	0,00%
Outros Recursos Não Vinculados	0	0	#DIV/0!
Transferências do SUS	931.600,00	520.571,69	55,88%
Transferências do F N A S	131.000,00	41.490,15	31,67%
Transferências do F N D E	614.000,00	201.730,43	32,86%
Transferência FUNDEB VAR	72.000,00	47.974,26	66,63%
Outras Transferências da União	50.000,00	16.013,24	32,03%
<b>Transferências do Estado</b>	<b>10.759.960,00</b>	<b>3.513.713,92</b>	<b>32,66%</b>
Cota Parte do I C M S	8.280.000,00	2.216.643,51	26,77%
Cota Parte do I P V A	1.196.000,00	593.286,73	49,61%
Cota Parte do IPI / Exportação	99.360,00	27.275,85	27,45%
Cota parte da C I D E	16.000,00	5.013,24	31,33%
Transf. Do Fundo Est. Saúde (FES)	517.000,00	158.600,14	30,68%
Transf. Fundo Est. Ass. Social(FEAS)	20.000,00	250.000,00	1250,00%
Transferências de Convênios	516.000,00	162.646,59	31,52%
Outras Transferências do Estado	115.600,00	100.247,86	86,72%

Fonte:

### 2.1.4 - Transferências do F U N D E B

## QUADRO 6 – TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual	Realizada no Período	% Real /Previsto
Valores Recebidos do FUNDEB	<b>6.317.290,00</b>	<b>1.886.187,60</b>	<b>29,86%</b>
Valores Transferidos para o FUNDEB	<b>6.317.290,00</b>	<b>1.858.042,98</b>	<b>29,41%</b>
Ganho / Perda com o FUNDEB		<b>28.144,62</b>	

Fonte:

### 2.2 Receitas de Capital

As Receitas de Capital alcançaram 65,96% do projetado. A maior previsão e, também, maior frustração verificada nesse grupo ocorreu nas receitas de Alienação de

Bens, que não demonstraram ingressos diante do projetado. Na composição dessa receita, prevalece o item Transferências de capital, que teve desempenho favorável realizando um ingresso de R\$ 250.000,00.

#### QUADRO 7 – RECEITAS DE CAPITAL – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Programada no Período	Realizada no Período	% Real / Progr.
<b>Receitas de Capital</b>	<b>379.000,00</b>	<b>250.000,00</b>	<b>65,96%</b>
Operações de Crédito	0	0	0,00%
Alienação de Bens	379.000,00	0	0,00%
Transferências de Capital	0	250.000,00	-
Transferências Convênios Estado	0	0	-

Fonte:

### 3. DESPESA

Considerando todas as fontes de recursos, a Despesa Total liquidada, nela incluída a transferência da cota patronal para o R P P S, no período de janeiro a abril de 2025, apresentou uma execução inferior à Receita Total realizada. Em valores acumulados, a correlação despesa total/receita total foi de 0,76, demonstrando um superávit na execução orçamentária de R\$ 3.802.074,31. Esse resultado permite confirmar o atingimento das metas fiscais para o exercício.

As Despesas Liquidadas, considerando as operações intra orçamentárias (transferências patronais para o RPPS), no acumulado do ano até abril de 2025 totalizaram R\$ 12.139.970,27, valor equivalente a 23,29% da previsão para o período. O total das despesas correntes realizadas foi de R\$ 10.524.139,13, correspondendo a 26,46% da projeção. As despesas de capital totalizaram R\$ 504.745,26.

**QUADRO 8 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)**

<b>Receita Realizada</b>	<b>Programada no Período</b>	<b>Realizada no Período</b>	<b>% Real / Progr.</b>
<b>(1) Receita Total</b>	<b>52.134.000,00</b>	<b>15.942.044,58</b>	<b>30,58</b>

<b>Despesa Liquidada</b>	<b>Programada no Período</b>	<b>Realizada no Período</b>	<b>% Real / Progr.</b>
<b>Despesas Correntes</b>	<b>39.767.100,00</b>	<b>10.524.139,13</b>	<b>26,46%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	22.549.100,00	6.261.524,77	27,77%
Juros e Encargos da Dívida	1.010.000,00	257.901,76	25,53%
Outras Despesas Correntes	16.208.000,00	4.004.712,60	24,71%
<b>Despesas de Capital</b>	<b>2.988.100,00</b>	<b>504.745,26</b>	<b>16,89%</b>
Investimentos	2.338.100,00	371.944,16	15,91%
Amortização da Dívida	650.000,00	132.801,10	20,43%
<b>Reserva de Contingência</b>	<b>4.797.000,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>
<b>Transferências ao R P P S</b>	<b>4.581.800,00</b>	<b>1.111.085,88</b>	<b>24,25%</b>
<b>(2) Despesa Total</b>	<b>52.134.000,00</b>	<b>12.139.970,27</b>	<b>23,29%</b>
<b>Resultado Orçamentário (1-2)</b>		<b>3.802.074,31</b>	
<b>Relação Despesa/Receita (2 / 1)</b>		<b>0,761506481</b>	

**3.1 – Juros e Amortização da Dívida**

Os Juros e Encargos da Dívida, que englobam pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito e de outros compromissos de longo prazo, somaram R\$ 257.904,76, correspondendo a 25,53% do total estimado para o período. Já as despesas com a Amortização da Dívida, com valor de R\$ 132.801,10, representaram um desembolso correspondente a 20,43% do total programado.

Nesse aspecto, cabe aqui um registro: conforme demonstrado anteriormente, não houve liberações de operações de crédito, para um valor amortizado de R\$ 132.801,10 e um pagamento de juros de R\$ 257.904,76. Essa ocorrência indica, então, que o Município, além de honrar com a totalidade do pagamento dos juros, também realizou amortização líquida do principal de sua dívida.

**3.2 – Investimentos Realizados**

Já em relação às despesas com investimentos, foram inferiores ao valor inicialmente projetado, que foi de R\$ 2.338.100,00, apresentando uma execução de R\$

371.944,16. Essa situação decorre do desempenho negativo da receita no período. Em termos analíticos, os principais investimentos realizados pela administração, no período em análise, foram os seguintes:

Obras e instalações R\$ 108.065,98

Equipamentos e material permanente R\$ 37.495,00

#### 4. DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA LRF

A Despesa de Pessoal total, calculada conforme metodologia adotada pelo Tribunal de Contas do Estado, considerando os poderes executivo e legislativo, é o item mais significativo no conjunto das despesas fiscais. Em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses (maio de 2024 a abril de 2025), conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, está abaixo do limite prudencial de 57%, apresentando, respectivamente, o limite de comprometimento de 45,13% para o Executivo e de 2,14% para o Legislativo.

A Receita Corrente Líquida acumulada nos últimos doze meses, considerada para fins de cálculo do comprometimento das despesas com pessoal, atingiu o montante de R\$ 39.947.471,31 e está assim discriminada:

#### QUADRO 9 – APURAÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

<b>Discriminação</b>	<b>Arrecadação dos últimos 12 meses</b>
Receitas Correntes	51.133.868,60
( - ) Deduções das Receitas Correntes	0,00
( - ) Contribuição dos Servidores para o R P P S	1.372.993,19
( - ) Compensação Previdenciária recebida pelo R P P S	371.165,45
( - ) Rendimentos de Aplicações do R P P S	3.883.699,71
( - ) Dedução Receita para Formação do FUNDEB	5.021.906,94
( - ) Transf. relativas a emendas Individuais e Bancada	420.000,00
( - ) Transf. da União Remuneração dos Agentes Saúde	116.632,00
<b>( = ) RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (Ajustada)</b>	<b>39.947.471,31</b>

<b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA (12 MESES)</b>	<b>39.947.471,31</b>
---	----------------------

**QUADRO 10 – DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA L R F**

<b>PODER</b>	<b>Despesa Liquidada</b>	<b>% RCL</b>	<b>Limite Prudencial</b>	<b>Limite Legal</b>
Despesas com pessoal do Executivo	<b>18.027.848,95</b>	<b>45,13%</b>	<b>51,30%</b>	<b>54%</b>
Despesas com pessoal do Legislativo	<b>853.214,55</b>	<b>2,14%</b>	<b>5,70%</b>	<b>6%</b>
<b>Total das despesas com pessoal</b>	<b>18.881.063,50</b>	<b>47,27%</b>	<b>57%</b>	<b>60%</b>

**5. DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**

As despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, apuradas conforme o Parecer Coletivo nº 001/2003 do Tribunal de Contas do Estado, no acumulado do ano, totalizaram R\$ 2.545.289,17, o que corresponde a 25,27% da Receita de Impostos e Transferências. Observa-se, nesse caso, que o Município atendeu o limite de 25% estabelecido pela Constituição Federal em seu artigo 212.

Conforme demonstrado no **Quadro 6**, em função do número de alunos matriculados na educação básica pública, o Município foi superavitário em relação ao F U N D E B. Assim, o ganho deverá ser computado nos gastos com a educação para fins de apuração dos limites.

Com relação ao FUNDEB, cabe ainda destacar que, de acordo com o art. 26 da Lei Federal 14.113/2020, uma parcela não inferior a 70% desses recursos deve ser aplicada na remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício na rede pública. Nesse quesito, e de acordo com os relatórios publicados, o Município despendeu, até o final do exercício em análise, o montante de R\$ 1.096.832,55, o que corresponde a 57,61% dos recursos recebidos do referido fundo, não atendendo o dispositivo legal supracitado.

**QUADRO 11 – RECEITAS E DESPESAS VINCULADAS À  
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**

BASE DE CALCULO DA RECEITA EDUCAÇÃO	10.073.343,86
Mínimo a Aplicar em MDE (25%)	2.518.335,97
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM MDE E FUNDEB</b>	<b>2.545.289,17   25.27%</b>

**6. DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

Os gastos com saúde atingiram o montante de R\$ 1.510.992,21, o que corresponde a 21,56% sobre a Receita Líquida de Impostos e Transferências. Observa-se, portanto, o cumprimento do mínimo de 15% estabelecido na Lei Complementar nº 141/2012.

**QUADRO 12 – RECEITAS E DESPESAS VINCULADAS A  
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

TOTAL DAS RECEITAS	10.073.281,37
Mínimo a Aplicar em ASPS (15%)	1.510.992,21
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM ASPS</b>	<b>2.172.150,74   21,56%</b>

**ANÁLISE DA DÍVIDA PÚBLICA – RESULTADO NOMINAL**

No final do quadrimestre em análise, o Resultado Nominal abaixo da linha foi de R\$ 2.744.213,88, o qual foi apurado de acordo com a metodologia adotada pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como as orientações do Tribunal de Contas do Estado, que consiste na verificação da variação do saldo do endividamento no período. Por essa metodologia, leva-se em conta a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida no período de referência e o saldo da dívida fiscal líquida no final do exercício anterior ao de referência, sendo que, caso o resultado seja positivo = déficit e caso negativo = superávit. Pelo resultado apresentado, verifica-se que a dívida fiscal líquida do Município apresenta um saldo inferior àquele verificado ao final do período anterior, sinalizando, portanto, para uma diminuição no nível de endividamento municipal, evidenciando atingimento das metas de endividamento estabelecidas por Resolução do Senado Federal

e, conseqüentemente, o compromisso fiscal da Administração Municipal previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

#### QUADRO 13 – DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA / RESULTADO NOMINAL

Especificação	Saldo Em 31/12/2024 (A)	Saldo Em 30/04/2025 (B)
<b>I – Dívida Consolidada ou Fundada</b>	4.190.187,83	4.083.946,95
<b>II – Deduções</b>	<b>7.152.307,38</b>	<b>9.790.280,38</b>
Disponibilidade de caixa	7.149.574,42	9.787.547,42
(-)Passivo Circulante (Obrig.Financeiras)	718.485,93	266.248,14
Demais Haveres Financeiros	2.732,96	2.732,96
<b>III – Div.Consolidada Líquida (sem RPPS) (III = I – II)</b>	<b>-2.962.119,55</b>	<b>-5.706.333,43</b>
<b>Resultado Nominal (sem RPPS) IV = (A-B)</b>		<b>2.744.213,88</b>

Como se verifica, a dívida pública consolidada apresentou saldo de R\$ 4.083.946,95, assim discriminados: Operações de Crédito junto a Caixa Econômica Federal secretaria de obras - contrato 0532.080,31 R\$ 83.946,95, e Operações de Crédito FINISA Pavimentação R\$ 4.000.000,00, Comparando-se esse saldo com aquele obtido ao final do exercício anterior, verifica-se que houve decréscimo da ordem de 2,60%, conforme demonstrativo acima.

Com relação à Dívida Consolidada Líquida – DCL, cujo comprometimento em relação à Receita Corrente Líquida – RCL não deve ultrapassar o limite de 1,20 observa-se que, no final do quadrimestre em análise, atingimos o índice de -14,24, demonstrando, assim, que a Administração Municipal está cumprindo plenamente os princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal.

## 8. RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

Conforme a Lei Municipal nº 1108/2011, o Município de Paraíso do Sul instituiu e mantém Regime Próprio de Previdência Social, destinado ao pagamento de aposentadorias, pensões e outros benefícios previdenciários aos servidores públicos

municipais. No período observado, as Receitas Previdenciárias atingiram a soma de R\$ 3.107.029,79, e as despesas com o pagamento de benefícios e outras despesas do regime de previdência, tiveram uma liquidação total de R\$ 1.502.526,81 obtendo-se um resultado superavitário de R\$ 1.604.502,98, o qual, conjugado com o saldo anterior das disponibilidades financeiras, resulta num montante atual de R\$ 44.103.540,86, os quais se encontram depositados em contas bancárias específicas, devidamente aplicados em fundos de investimentos. O quadro a seguir evidencia a posição das contas previdenciárias ao final do quadrimestre.

#### QUADRO 14 – RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

<b>REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS</b>		
<b>FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)</b>		
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)</b>	<b>PREVISÃO ATUALIZADA (a)</b>	<b>RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)</b>
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>8.757.000,00</b>	<b>3.107.029,79</b>
<b>Receita de Contribuições dos</b>	<b>1.500.000,00</b>	<b>328.130,71</b>
Ativo	1500.000,00	328.130,71
Inativo	-	-
Pensionista	-	-
<b>Receita de Contribuições Patronais</b>	<b>3.914.000,00</b>	<b>872.748,79</b>
Ativo	3.914.000,00	872.748,79
Inativo	-	-
Pensionista	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>3.150.000,00</b>	<b>1.822.930,85</b>
Receitas Imobiliárias	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	3.150.000,00	1.822.930,85
Outras Receitas Patrimoniais	-	-
<b>Receita de Serviços</b>	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>193.000,00</b>	<b>83.219,44</b>
Compensação Financeira entre os	193.000,00	83.219,44
Receitas de Aportes Periódicos para	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-
<b>RECEITAS DE CAPITAL (III)</b>	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-
<b>TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I+III-II)</b>	<b>8.757.000,00</b>	<b>3.107.029,79</b>

<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)</b>	<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA A (c)</b>	<b>DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)</b>	<b>DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)</b>	<b>DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)</b>	<b>INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)</b>
<b>Benefícios</b>	5.590.000,00	1.502.526,81	1.502.526,81	1.501.205,09	-
Aposentadorias	5.200.000,00	1.387.284,40	1.387.284,40	1.386.553,84	-
Pensões por Morte	390.000,00	115.242,41	115.242,41	114.651,25	-
<b>Outras Despesas Previdenciárias</b>					
Compensação Financeira entre os Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-
<b>TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)</b>	<b>5.590.000,00</b>	<b>1.502.526,81</b>	<b>1.502.526,81</b>	<b>1.501.205,09</b>	

<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV - V)<sup>2</sup></b>	<b>3.167.000,00</b>	<b>1.604.502,98</b>	<b>1.604.502,98</b>	<b>1.605.824,70</b>	
--	---------------------	---------------------	---------------------	---------------------	--

<b>BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)</b>	<b>SALDO ATUAL</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	-
Investimentos e Aplicações	44.103.540,86
Outros Bens e Direitos	28.831.745,34

<b>ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS</b>					
<b>DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS</b>	<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA A (c)</b>	<b>DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)</b>	<b>DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)</b>	<b>DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)</b>	<b>INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)</b>
Despesas Correntes (XIII)	240.000,00	17.587,40	16.837,41	16.837,41	-
Pessoal e Encargos Sociais	50.000,00	3.332,17	3.332,17	3.332,17	-
Demais Despesas Correntes	190.000,00	14.255,23	13.505,24	13.505,24	-
Despesas de Capital (XIV)	-	-	-	-	-
<b>TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS</b>	<b>240.000,00</b>	<b>17.587,40</b>	<b>16.837,41</b>	<b>16.837,41</b>	

## COMENTÁRIO FINAL

Os resultados apresentados permitem concluir que a meta fixada para o Resultado Primário foi superada. As Despesas com Pessoal e a Dívida Consolidada Líquida como proporção da Receita Corrente Líquida – encontram-se abaixo dos limites legais. Fica demonstrado, assim, o atingimento das metas fiscais estabelecidas, bem como a atendimento dos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Carla Regina Ruff  
Secretária Municipal  
da Fazenda e Planejamento

Aluisio Alison Honnef  
Contador mat. 801-0